



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680402 - RS (2021/0220480-5)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : JAIR RODRIGUES MENDES  
**ADVOGADO** : JAIR RODRIGUES MENDES - RS070738  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : CARLOS TAIAN GONCALVES RODRIGUES (PRESO)  
**CORRÉU** : ELDER RODRIGUES DOS SANTOS  
**CORRÉU** : FERNANDO SANCHEZ FURTADO  
**CORRÉU** : FLAVIANE SILVEIRA PEREIRA  
**CORRÉU** : JOAO LENON GONCALVES BOAVENTURA  
**CORRÉU** : PAULO ROBERTO PINTO DO AMARAL  
**CORRÉU** : VINICIUS AZEVEDO DO AMARAL  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS TAIAN GONÇALVES RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (n. 0086770-88.2020.8.21.7000).

O paciente foi condenado às penas de 11 anos e 8 meses de reclusão e de 2.000 dias-multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006. Na sentença, foi mantida a prisão preventiva anteriormente decretada.

Sustenta o impetrante a nulidade da interceptação telefônica realizada em desfavor do paciente, alegando para tanto a inexistência de fundamentação nas decisões que prorrogaram a medida cautelar, em afronta ao art. 5º da Lei n. 9.296/1996.

Requer, liminarmente, a colocação do paciente em liberdade até o julgamento do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que o paciente seja absolvido do crime de tráfico de drogas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ressalte-se que “é desnecessário que cada sucessiva autorização judicial de interceptação telefônica apresente inéditos fundamentos motivadores da continuidade das investigações, bastando que estejam mantidos os pressupostos que autorizaram a decretação da interceptação originária” (HC n. 339.553/SP, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/2/2017, DJe 7/3/2017). (RHC 101.780/PB, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 02/04/2019, DJe 10/04/2019). (...)" (AgRg no AREsp 1.789.984/PR, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/5/2021, DJe de 24/5/2021.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente